

TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA

Dirce Maria Antunes Suertegaray¹

Introdução

Para este colóquio, foi-me sugerido o tema: “Novas perspectivas da inserção do trabalho de campo na reflexão geográfica”. Acredito que o aqui exposto não necessariamente aponte para novas perspectivas... Neste texto pretende-se refletir sobre o trabalho de campo em Geografia, na pesquisa e no ensino. Tenta-se, a partir da reflexão da nossa prática acadêmica, trazer a este evento alguns elementos de discussão.

Em nosso entendimento, o trabalho de campo em Geografia pode ser analisado tanto no contexto da pesquisa quanto no contexto do ensino acadêmico. Nos dois casos trata-se de produção em Geografia, portanto, inserido no processo de investigação.

Porém antes de abordarmos mais diretamente a questão que nos propomos discutir, faremos algumas considerações sobre o trabalho de campo na Geografia de maneira geral.

Trabalho de campo: Um breve histórico

Enquanto geógrafos sabemos, por formação, da importância desta atividade no processo de construção da Geografia. Ao analisarmos a construção do conhecimento geográfico pode-se observar que esta atividade está inserida, ainda que de forma diferenciada neste processo.

¹ no Departamento de Geografia da UFRGS

A história clássica da Geografia valorizou sobremaneira o trabalho de campo. Este era concebido como indispensável ao conhecimento da realidade (espaço geográfico) e, seria através dele que os geógrafos teriam as informações à compreensão da organização dos lugares. Viagens, expedições que permitissem a observação dos lugares eram, portanto, altamente estimuladas. A observação fazia-se necessária e era considerada a técnica por excelência dos geógrafos. Costumava-se aprender na escola que “Quem não sabe observar não pode ser geógrafo.”

A discussão que resultou da construção da Geografia, em particular aquela limitada entre o momento de sua individualização como área de conhecimento (final do século XIX) até os anos 50 deste século, promoveu severas críticas ao trabalho de campo. Este, foi então considerado como desnecessário, na medida em que permitia, estimulava e promovia uma análise geográfica centrada na descrição. Em particular, a descrição dos lugares.

Esta crítica associa-se, nos anos 60 e 70, ao movimento de renovação da Geografia. Neste âmbito, de maneira geral, pode-se evidenciar duas tendências. A primeira desvalorizou o trabalho de campo em decorrência da possibilidade de analisar a realidade através de levantamentos e/ou registros, já nesta época bastante desenvolvidos - a exemplo dos censos, das fotografias aéreas e mesmo das imagens de satélite, que iniciavam a ser difundidas. A segunda, resgata e valoriza o trabalho de campo enquanto fundamental ao reconhecimento geográfico da realidade, propondo neste contexto uma reflexão sobre o compromisso do pesquisador com os resultados e a sua divulgação entre a população envolvida. Nesta perspectiva, são divulgados no Brasil dois textos significativos: Lacoste (1985) e Kayser (1985).

Ainda que tenhamos, sob algum momento, questionado a “utilidade” do trabalho de campo, observa-se hoje sua valorização. Desta valorização resulta a necessidade de reflexão, o que fica comprovado pela escolha deste tema a ser discutido neste colóquio.

Campo e Pesquisa

Desnecessário seria dizer da fundamental importância do trabalho de campo na pesquisa geográfica. Este procedimento, como sabemos, não é exclusivo da pesquisa em Geografia, de se possuem as mais diferentes áreas do conhecimento, sejam classificadas como exatas, da terra ou social.

No entanto, consideramos necessário resgatar a discussão sob a óptica da produção do conhecimento: esta sem dúvida já iniciada.

Na Geografia, o trabalho de campo foi concebido e praticado, em grande parte, enquanto processo empírico de construção do saber. Nesta perspectiva, o pesquisador “apenas contempla a transposição da realidade para a sua mente que, protegido pelo manto de neutralidade científica, reproduz o real observado”. (Oliveira; 1985). Compreende-se nesta linha de raciocínio que o conhecimento está expresso na realidade, junto ao objeto estudado, independente do pesquisador, a quem cabe fazer a leitura a partir dos fatos, que seriam por si só a explicação. Deriva desta concepção a compreensão de que há separação entre sujeito e objeto, ou seja, o entendimento de que no ato de pesquisar, não há interação entre pesquisador e realidade pesquisada. E mais, esta separação é fundamental, pois é ela que dará ao pesquisador a isenção e a possibilidade de uma leitura científica/objetiva ou neutra da realidade.

No âmbito da Geografia, esta concepção passa a entender o trabalho de campo como um instrumental técnico que permite a coleta de informações. Constata-se, por consequência, a articulação do trabalho de campo com a perspectiva teórica/metodológica positiva, na medida em que se admite que é a prática (empírico) que condiciona o pensamento.

São fundamentalmente estes pressupostos que apresentam-se hoje como discussão. A concepção científica crítica ao positivismo tanto pode ser explicitada através da concepção dialética na produção do conhecimento, no caso particular das ciências humanas, como através das reflexões provenientes da evolução da Física - Teoria Quântica. É reconhecido hoje que a prática/o empírico condiciona o pensamento, que elabora o conhecimento que, por sua vez dirige a prática (Oliveira: 1985).

Em outras palavras, o objeto reconstrói o sujeito na medida que lhe permite a reflexão, a elaboração, a reformulação e o encaminhamento de proposições, ou seja, direciona seu caminho de investigação e tomada de decisão. Trata-se, portanto, de uma relação dialética de interação onde, ao mesmo tempo que o objeto (investigado) reconstrói o sujeito, é também ele (o objeto) construído/reconstruído pelo sujeito. A construção do conhecimento então não está, de um lado, nem no objeto, nem no conhecimento (idealizado) do outro. Surgiria da relação entre eles, ou melhor, resultaria do processo.

Outro aspecto a considerar no âmbito teórico-metodológico da Geografia é do trabalho de campo diz respeito a escala de observação. Na análise, por algum tempo, privilegiou-se nos trabalhos de campo a escala local - o lugar. Associava-se a isto a referência empírica de que a explicação estaria inserida naquele objeto; bastava observá-lo, descrevê-lo. Não obstante, sabe-se hoje que a explicação resulta da articulação da análise em diferentes escalas. As relações que expressam as características de um lugar são de ordem horizontal (expressão dos elementos e dos processos no lugar) e de ordem vertical (a expressão de elementos e processos externos ao lugar) que direcionam, transformam os locais mais especificamente. Por consequência o trabalho de campo torna-se algo mais complexo. Ele exigirá o reconhecimento da dinâmica local e permitirá ao observador o questionamento sobre fatos e processos, que por vezes não têm explicação naquela dimensão escalar; estão associados a escalas menores/espacos maiores a partir dos quais se explicitam as políticas de transformação das pessoas e das coisas ali estudadas. O trabalho de campo, portanto, não é tudo, já que sofre limitações que serão suprimidas por outras formas de apreensão do conhecimento. A observação e a coleta de informações exigirá um processo em outras dimensões escalares para, a partir de análise e da reflexão concluirmos sobre o estudado.

Campo e Ensino

Tomando como referência as questões colocadas no que se refere ao trabalho de campo e a pesquisa, levantamos algumas considerações sobre campo e ensino da Geografia.

Não há também dúvida entre os geógrafos da importância, para aprendizagem, do trabalho de campo na sua formação (bacharel ou professor de Geografia). Ainda que a experiência de trabalho de campo se apresente diferenciada de uma escola para outra, sabe-se que de uma ou outra forma ela ocorre. Em nossa escola por exemplo o trabalho de campo está inserido, como prática obrigatória no currículo, e explicitado através da súmula de diferentes disciplinas. Ao professor cabe então programá-lo a cada semestre.

- Numa classificação genérica das formas de trabalho de campo pode-se visualizar as seguintes práticas (aqui particularizando geografia física):

* O reconhecimento genérico do lugar ou dos lugares (as excursões): estas em geral tem um caráter generalista de reconhecimento, descrição e treinamento da observação. Do ponto de vista didático poderão ser úteis, mas no cotidiano do ensino são visíveis as críticas feitas a este procedimento.

* O reconhecimento pontual de elementos ou fenômenos no campo (exposições em campo). Estes são feitos a partir de um roteiro, onde o professor, previamente estabelece os lugares a ser observado (pontos de observação). Nestes pontos em geral é feita uma exposição sobre o observado, a partir do professor que orienta o trabalho. Constitui esta, uma prática bastante diferenciada em nossos cursos. É comum, em particular em Geografia Física (Geomorfologia) a observação/exposição sobre cortes encontrados em estradas, afloramentos objetivando sua identificação e caracterização. Trata-se de um estudo de detalhe que deverá ser inserido em escalas menores de observação. Sobre este procedimento observam-se também críticas por parte dos alunos. Estas, em geral, indicam a dificuldade que eles (os alunos), enquanto observadores, têm de compreensão/entendimento do observado.

* O reconhecimento do lugar a partir da seleção a priori de procedimentos que impliquem levantamentos de informações por parte do grupo envolvido (levantamentos de campo). Esta forma de trabalho de campo exige preparação e

coordenação em campo segura para que o trabalho não seja dispersivo. Apresenta como vantagens a probabilidade do grupo manejar equipamentos, discutir dados e idéias, concluir sobre o observado. Apresenta como vantagem o envolvimento do grupo na busca de um objetivo.

* O reconhecimento no campo de padrões observados em imagens de lugares (fotografias e/ou imagens). Estes procedimentos, entendidos como testagens, têm sua validade no domínio da interpretação técnica dessas imagens. Não deveria ser, no entanto, um procedimento único, devendo, em nosso entendimento, estar associado a outras formas de trabalho de campo.

Destas diferentes formas aqui expostas, é de se esperar uma avaliação positiva. Didaticamente, o trabalho de campo deverá contribuir para um aprofundamento dos conteúdos e reconhecimento efetivo da realidade. Os resultados, em geral, são “cobrados” em forma de relatórios de trabalho de campo. Estes também necessitam de uma avaliação nas suas formas características gerais: descrições sumárias e/ou relatos pontuais.

O trabalho de campo visto a partir da experiência

Abordar o trabalho de campo, seja na pesquisa, seja no ensino da Geografia, nos remete a pensar sobre questões fundamentais:

- *A articulação sujeito e objeto, observador e observado;
- *A reestruturação do sujeito;
- *A articulação de diferentes níveis escalares;
- *A interpretação da realidade e a reestruturação do objeto.

No âmbito da pesquisa, nossa experiência levou-nos a refletir sobre a relação sujeito x objeto. A atividade de investigação resulta de uma forma particular de olhar e analisar o objeto que escolhemos. A própria escolha do objeto ou do tema já reflete preocupações que resultam da inserção do profissional na sua realidade. A partir do processo de investigação, ao desvendarmos o objeto estudado, reestruturamos então o sujeito. Quando iniciamos, por exemplo, nosso

trabalho de investigação sobre o processo de arenização: no sudoeste do Rio Grande do Sul, tínhamos uma preocupação acadêmica: construir uma tese. O processo de investigação centrava-se em responder questões sobre a gênese desse fenômeno.

Encerrada esta fase, quando o trabalho passa a ser divulgado e discutido, instala-se um diálogo com os mais variados atores sociais. Do embate que se expressa na aceitação ou não dos resultados da leitura feita sobre arenização, resulta uma reestruturação do sujeito. Esta é possível de ser visualizada pela exigência que se coloca de novas questões a serem resolvidas, por exemplo, a necessidade de refletir sobre as formas de recuperação dessas áreas. Nesta trajetória há necessidade de novas tomadas de posições, definições teóricas-metodológicas, além da reavaliação de posturas anteriores sobre a realidade em análise. Reestrutura-se o sujeito - a partir do que entendemos como trabalho de campo - agora concebido de forma mais ampla, como instrumento não só de investigação/coleta de informações, mas como processo central no processo de articulação do pesquisador com a realidade.

Sob uma outra dimensão impõe-se também fazer um comentário importante do trabalho de campo, a análise e a articulação sob diferentes níveis escalares. A experiência de investigação, desde a primeira fase da pesquisa, impôs a necessidade de análise sob diferentes níveis escalares. A dimensão escalar que nos referimos, não é exclusivamente a espacial, embora a investigação em diferentes escalas constroi-se também através do campo. A continuidade do processo de reconhecimento de um tema ou fenômeno, reorganiza o sujeito e indica a cada nova fase, caminhos que exigem tratamento em escalas diferenciadas. No processo de investigação sobre arenização no Sudoeste do RS, nosso tema de pesquisa, buscou-se estudar a realidade através de análise, em três níveis escalares, que consideramos à época fundamental. Trabalhou-se então em escalas regional, sub-regional e local. Ao tratarmos desses diferentes níveis a intenção era indicar os processos que respondiam pela explicação do objeto estudado. Na continuidade do trabalho, a questão escalar esteve sempre presente. O exemplo que serve de ilustração, resulta de um momento de reestruturação e encaminhamento de novas questões de análise

surgidas do embate com determinados setores da sociedade, a partir da divulgação dos resultados de nossa investigação. Tratava-se então de buscarmos explicações sobre as razões, porque tornara-se hegemônica nos meios de comunicações a proposta de recuperação de areais através do plantio de eucalipto. A resposta a esta questão exigiu um olhar em outros níveis escalares em particular uma compreensão em escala global. Ou seja, compreender as razões da hegemonia de uma idéia sobre outras, exigiu uma avaliação, no âmbito das políticas internacionais e nacionais, das razões da defesa do reflorestamento. Esta mudança na escala de análise permitiu visualizar com maior nitidez o processo que direciona a discussão sobre controle de áreas arenosas (degradadas).

A escala, portanto, está presente e se faz fundamental para uma compreensão mais abrangente do espaço em análise. Observar a partir do lugar pressupõe estabelecer uma comunicação horizontal e vertical, entre lugares, entre processos.

Estas reflexões feitas a partir da experiência de pesquisa, permite hoje nossa compreensão de que o ato de pesquisar (que pressupõe campo) constitui processo interativo entre sujeito e objeto. Ao reconhecer o objeto estudado transforma-se necessariamente o sujeito. Esta transformação constitui o elemento fundamental na continuidade do processo e na práxis. Daí resulta um questionamento que se expressa para alguns na necessidade de retorno do conhecimento produzido as pessoas envolvidas no processo de investigação (a comunidade investigada). Resulta talvez daí a crítica a Geografia Física como área descomprometida com a sociedade. Entretanto é preciso considerar que a Geografia Física ao considerar seu objeto - a natureza na sua variabilidade de formas e processos, construiu-se enquanto discurso, objetivando dialogar através de seu objeto de pesquisa com os segmentos sociais que deste objeto se apropriam. Este diálogo tende a considerar o objeto como externo ao discurso, passivo e neutro, tanto quanto se supunha o discurso. A prática de separação entre natureza e sociedade produzida no âmbito da Geografia Física se expressa então em trabalhos de campo sem retorno as comunidades envolvidas. Estas além de não serem objetivamente consideradas na análise, são vistas como impossibilitadas de tomar decisões frente ao conhecimento

obtido pelo pesquisador. Esta prática não é descomprometida, há na verdade uma busca de diálogo com determinados setores sociais, vinculados de maneira geral ao planejamento e/ou a exploração privada dos recursos. Alijando do processo setores outros, como por exemplo a população que habita o lugar em estudo, que poderia ter, a partir do conhecimento retornado, novas formas de pensar e agir, estaria então a Geografia Física não sendo neutra como se supôs, mas comprometida com aqueles para quem construiu o discurso.

Concebemos portanto o trabalho de campo, de forma mais ampla, como um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção (ou não) do pesquisador no movimento da sociedade como um todo. Esta inserção ultrapassaria a visão de que, para a melhoria do trabalho de campo bastaria a divulgação dos resultados junto à comunidade envolvida.

O trabalho de campo, por conseguinte deve ser pensado mais amplamente. Ele constitui a práxis do Geógrafo e é esta dimensão que necessitaria ser construída ao longo da formação profissional

Trabalho de campo: o retorno de sua significância

Ao longo deste texto procuramos expressar a idéia de que o trabalho de campo na formação do Geógrafo e na investigação geográfica é um instrumento mais amplo do que uma técnica de observação e coleta de informações. Ele faz parte de um processo de investigação que permite a inserção do pesquisador geógrafo na sociedade, reconstruindo o sujeito e por consequência sua prática social. Por isso é importante repensar o trabalho de campo na formação profissional em Geografia. Ele permite o aprendizado de uma realidade, na medida em que oportuniza a vivência em loco do que deseja estudar. O trabalho de campo também possibilita um maior domínio da instrumentalização e a possibilidade de construção do conhecimento. A experiência do trabalho de campo em nossas disciplinas, permite a discussão e o confronto de experiências entre os grupos de trabalho, em

termos de validade, de aquisição de informações e idéias novas produzidas ou a investigar. No âmbito da divulgação, o trabalho de campo feito no interior de uma prática de sala de aula, sofre uma limitação, a divulgação dos resultados e a continuidade do processo. Este nível é quase sempre inexistente ao nível de ensino, até mesmo em relação ao grupo da sala de aula.

A prática de trabalho de campo precisa, em nosso entendimento' ser repensada. As diferentes formas de realizá-lo, listadas de forma sumária anteriormente - as excursões, as exposições em campo, os levantamentos e as testagens, não são excludentes. Precisam ser articuladas em um projeto maior de investigação que orientado sob diferentes disciplinas possa permitir ao geógrafo em formação, além do domínio da observação e da coleta, o domínio das técnicas instrumentais de campo a compreensão deste como fundamental na orientação para a prática social dos acadêmicos em formação em Geografia.

Bibliografia

- ANDRADE, M. C. de (1993) *Uma Geografia para o século XXI*. CEPE, Recife, PE.
- ANDRADE, M. C. de (1987) *Geografia, ciência e sociedade*. Atlas, São Paulo, SP.
- JOHNSTON, R. J. (1986) *Geografia e geógrafos*. Difel, São Paulo, SP.
- KAYSER, B. (1985) *O geógrafo e a pesquisa de campo*. Seleção de textos nº 11, Teoria e métodos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, SP.
- LACOSTE, Y. (1985) *Pesquisa e trabalho de campo*. Seleção de textos nº 11, Teoria e métodos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, SP.
- MORIN, E. (1982) *Ciência com consciência*. Lisboa, Europa - América, Portugal.
- OLIVEIRA, A. U. (1985) *Apresentação ou de "na prática a teoria é outra" para a teoria na prática não pode e não deve ser outra*. Seleção de textos nº 11, Teoria e métodos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, SP.

SANTOS, M. (1978) **Por uma Geografia nova**, Hucitec, São Paulo.

SANTOS, M. (1985) **Espaço e método**. Nobel, São Paulo, SP.

TRICART, J. (1988) **O campo na dialética da Geografia. Reflexões sobre a Geografia**. Edições AGB, São Paulo, SP.

